

Comunicado do Organismo de Direcção Nacional do PCP na Suíça.

O Organismo de Direcção Nacional na Suíça do PCP, organizador do debate sobre os problemas sociais da comunidade portuguesa na Suíça, felicita-se pela grande e activa participação da comunidade portuguesa na Suíça neste debate e dele apresenta as seguintes conclusões:

1. Que, relativamente aos novos fluxos migratórios, confirma-se a chegada de 18 mil emigrantes nos últimos 6 meses, com um total em 2013 de mais de 200 mil na Suíça; a estes correspondem cada vez mais trabalhadores qualificados que, à parte raras excepções, vêm desempenhar trabalhos não qualificados ou trabalhos qualificados mal pagos. Assim, o grande investimento de Portugal nestes jovens vai beneficiar economias mais ricas dum mão-de-obra qualificada gratuitamente.
2. Alerta para que a emigração seja feita com segurança e bem informada, com uma campanha de boa informação que deveria ser feita em Portugal. O CCP, assim como algumas juntas de freguesia em Portugal e algumas associações portuguesas na Suíça continuam a insistir, e bem, numa campanha. Este ponto deveria ser uma vertente estratégica do Governo Português;
3. O regime de exploração dos novos emigrantes é gravoso nos países de acolhimento, pois voltamos a situações de autêntica escravatura, em alguns casos com colaboração de compatriotas nestas situações; infelizmente, existem empreiteiros portugueses, que eles mesmo exploram os seus compatriotas que acabam de chegar ao estrangeiro, onde os primeiros já estão instalados e com a colaboração das agências locais de trabalho temporário exploram os novos emigrantes. o que não deixa de ser uma situação vergonhosa.. Assim, é muito importante que a comunicação, a informação, chegue o mais cedo possível aos novos emigrantes, algo que os sindicatos e associações lutam o mais activamente possível.
4. Relativamente ao Acordo Bilateral entre a Suíça e a Comunidade europeia Portugal necessita urgentemente dum conselheiro social na embaixada Portuguesa em Berna, um conselheiro social, com as qualidades necessárias para o exercício do cargo, conhecedor do acordo bilateral entre a União Europeia e a Suíça, em matéria de livre circulação de pessoas, cuja responsabilidade seja de alertar as autoridades suíças para as suas responsabilidades relativamente aos emigrantes, muitas vezes estas deixam trabalhadores emigrantes ganhar salários ilegalmente baixos sem agir em sua defesa ou, outras vezes, pressionam os emigrantes no desemprego a regressar aos seus países, num comportamento xenófobo para o qual o Governo Português deveria agir;

Quanto ao ensino da língua portuguesa, os problemas persistem e aumentam, como falta de professores, níveis diferentes de classes juntos na mesma aula com uma só professora e crianças portuguesas que, apesar de o desejarem, não podem usufruir dos seus direitos constitucionais de terem ensino do português na Suíça.



Emigração e Comunidades Portuguesas no Século XXI



Existe, pois, uma desorganização total do ensino do português na Suíça. É mentira o número apontado de despedimentos, pois a estes juntam-se os professores que não viram o seu contrato renovado. Assim, contam-se, com 20 despedimentos, quase 30 professores de menos, devido à não renovação de contratos.

Quanto ao Secretário de Estado, este ignora completamente os verdadeiros portavozes das comunidades, como o CCP e as comissões consulares, nunca passando tempo ou reunindo-se com estes. Este insiste que o problema vem da organização Suíça, como se o problema não viesse da desorganização do Governo português.

Tudo se prepara, para no próximo ano, haja uma propina a ser paga pelos pais portugueses, para que estes usufruam do direito constitucional – artigo 74. As comissões de pais na Suíça estão indignadas com esta situação, com a convicção que Portugal está a deixar a comunidade portuguesa ao abandono. A partir do próximo ano, o governo quer que todos os alunos façam a sua inscrição on-line e tenham que pagar uma propina, ainda não definida, mas que rondaria os 100€. Esta propina seria apenas para os alunos do ensino paralelo (que têm os cursos depois do horário escolar). Tudo isto cria já uma situação de desigualdade entre alunos e professores, pois os alunos do sistema integrado, que são muito poucos, não terão que pagar esta propina. Tudo indica também que os manuais escolares não estão incluídos nesta propina, o que contradiz toda a comunicação que o Instituto Camões tem divulgado. Haverá também uma certificação que, afinal, parece apenas ter uma utilidade para o próprio Instituto Camões, o que torna a situação um pouco ridícula. Pergunta-se então para que vai servir os quase 2 milhões de francos que o pagamento das propinas vai trazer ao governo português? Será realmente para certificações e manuais, ou para pagar os salários dos professores portugueses? Qual é a garantia que o Secretário do Estado pode dar aos alunos portugueses que se inscreveram e pagaram as propinas, se depois, devido à redução do número de professores, o seu curso é anulado e são obrigados a deslocarem-se muitos quilómetros para poderem assistirem a um outro curso de português

Quanto ao certificado, este argumento também é falacioso, porque os alunos sempre tiveram direito a um certificado no passado. Por outro lado os programas do governo para o ensino do português parecem mais apropriados para que o português passe a ser mais uma língua estrangeira do que a língua materna, como é o caso da maioria dos alunos de português no estrangeiro. É com grande tristeza que se vê os jovens portugueses no estrangeiro serem abandonados pelo Estado português, que degrada cada vez mais o ensino do português no estrangeiro e o vê como uma despesa que não dá lucro, como já se ouviu dizer dum representante do governo. É fundamental também passar a mensagem de se inscrever todas as crianças, pois a ideia do Instituto de Camões é que o rumor do pagamento das propinas faça com que os pais desistam de inscrever os seus filhos.

Os comunistas portugueses na Suíça reafirmam o seu empenhamento na defesa dos direitos e interesses da nossa comunidade e apela à sua intervenção na luta por uma outra política ao serviço de Portugal e dos portugueses dentro e fora do País.

**05 de Fevereiro de 2013,
Organismo de Direcção Nacional/Suíça do PCP**